

Bush promete buscar solução para a crise da dívida

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — Apenas uma semana depois de tomar posse, o presidente George Bush reconheceu ontem claramente que os Estados Unidos têm “uma responsabilidade” na busca da solução para a crise da dívida externa do Terceiro Mundo. Numa virada importante em relação ao frio tratamento que a administração Reagan vinha dando ao problema, Bush tomou a iniciativa de citar a crise da dívida entre os temas prioritários que estão sendo examinados pela Casa Branca nestes primeiros dias de seu governo e prometeu que “recomendações” serão apresentadas muito brevemente.

As duas referências ao problema da dívida externa reacenderam as esperanças dos países devedores de que os Estados Unidos finalmente possam assumir um papel destacado na busca de uma solução política para a crise. Ele tinha prometido, dias antes de assumir, que faria “uma revisão total” na política americana nesse campo. Observadores mais prudentes estão ressaltando que a guinada da Casa Branca é muito importante, mas insistem que ninguém deve alimentar grandes esperanças sobre o surgimento de uma panacéia da noite para o dia.

Exame — Bush fez os comentários sobre a dívida durante sua primeira entrevista coletiva, ontem de manhã, mostrando que agora a questão está, pelo menos, sendo examinada a fundo no executivo americano. Até o ano passado,

os Estados Unidos vinham se destacando como o mais duro integrante do Grupo dos Sete (as nações mais ricas do mundo capitalista) no tratamento da questão da dívida. Reagan partia da premissa de que se trata de um problema puramente comercial entre os bancos e os governos dos países endividados, não indo mais longe do que o fracassado Plano Baker, que não conseguiu mudar o panorama em quase nada. Bush, no entanto, reconheceu implicitamente ontem que os países ricos também têm algo a ver com a solução da crise.

Foi por iniciativa própria — e não provocado pela pergunta de um repórter — que Bush mencionou o assunto primeiro, ao colocá-lo ao lado dos outros problemas internacionais prioritários sob a lupa de sua administração nestes primeiros dias, como as crises da América Central e do Oriente Médio ou as relações com Moscou. Depois, houve uma pergunta de um repórter americano que fez uma enrolada comparação entre essa menção e o forte endividamento das grandes corporações americanas. Bush começou respondendo que no caso das corporações não via por que o governo americano deveria ajudar. E acrescentou:

— Em relação à dívida do Terceiro Mundo, sim, nós temos uma responsabilidade e grande parte disso será tratado com os bancos privados e outros. E, outra vez, isso vai ser... vai haver algumas recomendações; vamos tê-las muito brevemente sobre essa questão.

Não houve nenhuma curiosidade dos

repórteres americanos, participantes da coletiva, sobre maiores detalhes a respeito dessas recomendações ou de como o governo dos Estados Unidos pretende atuar na questão da dívida. Há, porém, dois fatos fundamentais a serem considerados a esse respeito. Primeiro, Bush e seus secretários de Estado, James Baker, e do Tesouro, Nicholas Brady, estão preparando a posição que os Estados Unidos vão defender numa reunião que pode ter decisivos reflexos no futuro imediato da questão da dívida do Terceiro Mundo. Trata-se da conferência de ministros das finanças dos países do Grupo dos Sete que será realizada aqui em Washington, na quinta e na sexta-feira da semana que vem.

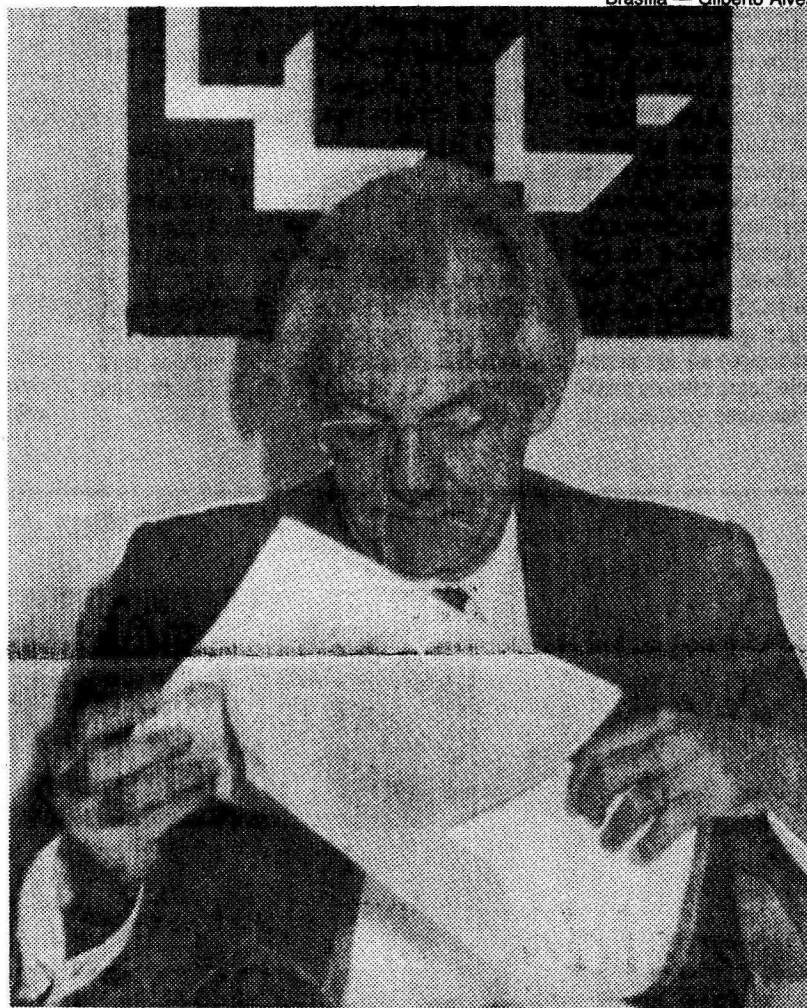
Relatório — O outro fato a considerar é que uma comissão interministerial de alto nível está preparando um relatório, através do qual, por lei, o Executivo tem até o dia 23 de fevereiro para apresentar ao Legislativo sua opinião sobre o projeto de criação de uma agência, ligada ao FMI ou Banco Mundial, que se especializaria em coordenar uma gigantesca operação de alívio da dívida dos países do Terceiro Mundo. A idéia vinha sendo alimentada por parlamentares e acadêmicos, sempre teve a oposição do governo Reagan e, apesar da nova posição da Casa Branca, os indícios ainda são de que deverá ser rejeitada por Bush.

Alguma fórmula, porém, será apresentada pela equipe de Bush, que já passa a considerar a questão da dívida da

América Latina um problema de segurança nacional para os Estados Unidos e não apenas uma questão comercial entre banqueiros e países. Esta semana, um grupo chegou a lançar em Washington a idéia de se erguer um muro, tipo o de Berlim, para separar os Estados Unidos do México, como recurso extremo para evitar a entrada de imigrantes ilegais de países latino-americanos (brasileiros inclusive), que fogem das crises em seus países.

Analistas diplomáticos e financeiros observam que nada acontecerá de um dia para o outro, mas lembram que a reunião do Grupo dos Sete deverá servir para a tomada de posição dos países ricos para lançar alguma proposta concreta já em abril, quando ministros de finanças de todo o mundo estarão aqui em Washington, participando da assembléia anual do Comitê Interino do FMI e da reunião do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial. Pode não sair uma agência especial para cuidar da dívida, mas parece haver um consenso em que, de qualquer modo, a partir deste ano essas duas organizações multilaterais — e talvez até o Banco Interamericano de Desenvolvimento — passarão a desempenhar um papel mais ativo na solução da crise iniciada há seis anos. Tudo isso vai depender diretamente, porém, das conclusões dos atuais estudos prioritários que o governo Bush está fazendo e de até onde os Estados Unidos estão dispostos a assumir a sua responsabilidade política na questão.

Brasília — Gilberto Alves



Lore: É cedo para projetar a tendência do paralelo